

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

ELIAS RODRIGUES FERNANDES

**O CAMPO TEM COR, RAÇA E GÊNERO NO COLÉGIO
ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA GESTÃO DE
NARÁ OLIVEIRA**

MATINHOS

2022

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS DA NATUREZA

ELIAS RODRIGUES FERNANDES

**O CAMPO TEM COR, RAÇA E GÊNERO NO COLÉGIO ESTADUAL
QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA GESTÃO DE NARÁ OLIVEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial de avaliação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudemira V. Gusmão Lopes

MATINHOS

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIAS RODRIGUES FERNANDES

O CAMPO TEM COR, RAÇA E GÊNERO NO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA GESTÃO DE NARÁ OLIVEIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Lecampo) da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr.^a Claudemira Vieira Gusmão Lopes - Orientador
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral - UFPR



Prof. Dr.^a Andrea Francine Batista
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral - UFPR



Prof. Dr.^a Edinalva Oliveira
Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral - UFPR

Matinhos, 13 de maio de 2022.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------|----|
| RESUMO..... | 1 |
| INTRODUÇÃO | 3 |
| DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA | 4 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 25 |
| REFERÊNCIAS | 26 |

O campo tem cor, raça e gênero no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na gestão de Nará Oliveira

FERNANDES, Elias Rodrigues¹

LOPES, Claudemira Vieira Gusmão²

RESUMO

Ao dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela diretora Nará Souza Oliveira no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos este estudo pretende contribuir com a discussão de raça e gênero na Educação do Campo. Nará é uma escritora premiada que escreve pelo prazer de escrever (FONTANINI, 2017). Seus personagens misturam ficção e realidade e falam de ancestralidade, cultura e das dores sofridas por negros e negras no Brasil durante e após a escravidão. Este trabalho está baseado numa entrevista, Nará elenca as atividades que desenvolveu entre os anos de 2013 a 2015 no Diogo Ramos para implementar as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. Dentre as estratégias usadas por ela destacamos a roda de conversa e a escuta respeitosa dos anciãos da comunidade antes de tomar decisões importantes na escola, como promover eventos ou trazer o movimento negro para debater com a escola e com a comunidade. A metodologia usada para desenvolver a pesquisa foi a entrevista estruturada e a pesquisa bibliográfica para realizar as discussões. A fala da Nará evidenciou a importância da figura de uma mulher negra empoderada para discutir raça e gênero em qualquer escola, mas principalmente nas escolas do campo, cuja proposta de ensino prevê a valorização dos saberes, da cultura e as tecnologias dos sujeitos do campo. Um campo onde vivem muitos negros e negras que mesmo depois da abolição, vivenciaram uma série de restrições nas condições de vida e estudo, permanecendo no meio rural trabalhando na agricultura. A população negra brasileira é muito presente no campo, não só em quilombos, caso de João Surá. Ao dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por Nará Souza Oliveira neste estudo espera-se ter demonstrado que é possível uma educação antirracista, sem preconceito de raça e de gênero nas escolas quilombolas e do campo.

Palavras-chave: Lei 10.639; Lei 11.645; Educação antirracista; Entrevista Estruturada, Pesquisa Bibliográfica, Educação Escolar Quilombola.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza, UFPR – Setor Litoral

² Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza, UFPR – Setor Litoral

RESUMEN

Al dar visibilidad al trabajo desarrollado por la directora Nará Souza Oliveira en el Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, este estudio pretende contribuir con la discusión sobre raza y género en la Educación Rural. Nará es una escritora premiada que escribe por el placer de escribir (FONTANINI, 2017). Sus personajes mezclan ficción y realidad y hablan de ascendencia, cultura y el dolor que sufrieron los hombres y mujeres negros en Brasil durante y después de la esclavitud. Este trabajo se basa en una entrevista, Nará enumera las actividades que desarrolló entre los años 2013 a 2015 en Diogo Ramos para implementar las Leyes nº 10.639/2003 y 11.645°2008. Entre las estrategias que utiliza, destacamos la rueda de conversación y la escucha respetuosa de los mayores de la comunidad antes de tomar decisiones importantes en la escuela, como promover eventos o llevar el movimiento negro a debate con la escuela y la comunidad. La metodología utilizada para desarrollar la investigación fue la entrevista estructurada y la investigación bibliográfica para realizar las discusiones. El discurso de Nará resaltó la importancia de la figura de una mujer negra empoderada para discutir raza y género en cualquier escuela, pero especialmente en las escuelas rurales, cuya propuesta pedagógica prevé la valorización de los saberes, la cultura y las tecnologías de los sujetos rurales. Un campo donde viven muchos hombres y mujeres negros que, incluso después de la abolición, experimentaron una serie de restricciones en las condiciones de vida y estudio, permaneciendo en las zonas rurales trabajando en la agricultura. La población negra brasileña está muy presente en el campo, no solo en los quilombos, como es el caso de João Surá. Al dar visibilidad al trabajo desarrollado por Nará Souza Oliveira en este estudio, se espera haber demostrado que una educación antirracista, sin prejuicios raciales y de género, es posible en las escuelas quilombolas y rurales.

Palabras clave: Ley 10.639; Ley 11.645; Educación antirracista; Entrevista Estructurada, Investigación Bibliográfica, Educación Escolar Quilombola.INTRODUÇÃO

Eu sou Elias Rodrigues Fernandes, estou no momento de encerramento do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Paraná.

Nasci em Curitiba, mas moro na Comunidade Mamonas que está localizada no município de Adrianópolis, estado do PR na região do Vale do Ribeira, desde que tinha seis meses de idade e estudo no Colégio Estadual

Quilombola Diogo Ramos (CEQDR) desde 2010, quando iniciei a fase final do Ensino Fundamental e lá permaneci até 2016 quando terminei o Ensino Médio. A gestão da diretora Nará compreendeu os anos de 2013 a 2015.

O objetivo principal deste artigo é dar visibilidade aos esforços feitos por Nará Souza Oliveira, primeira mulher negra a ser diretora de uma escola do campo quilombola no Paraná ao implementar as orientações das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena*. Ela implementou as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 quando esteve na direção do primeiro colégio quilombola do Paraná, o (CEQDR) e discutindo racismo (estrutural, institucional e cotidiano) e sua genderização, nesse sentido, pude vivenciar todos debates e mudanças que foram ocorrendo nesta Escola.

Qual a importância de um estudo como esse que estou me propondo a fazer? No meu modo de ver é contribuir com a discussão de raça e gênero na Educação do Campo. A luta dos movimentos sociais por uma Educação do Campo é relativamente nova. De acordo com Caldart (2014) a própria expressão **Educação do Campo**³ apareceu pela primeira vez durante a preparação da I Conferência Nacional por uma **Educação Básica do Campo**⁴, que ocorreu em Luziânia (Goiás) em julho de 1998, inclusive era denominada num primeiro momento como Educação Básica do Campo, sendo que o termo Educação do Campo propriamente dito surgiu no âmbito das discussões do Seminário Nacional em Brasília em 2002.

Com estas bases, o objetivo principal deste estudo é dar visibilidade aos esforços feitos por Nará Souza Oliveira, primeira mulher negra a ser diretora de uma escola do campo quilombola no Paraná, ao implementar as orientações das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena* para implementar as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 quando esteve na direção do primeiro colégio quilombola do Paraná, o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos (CEQDR) e discutir racismo (estrutural, institucional e cotidiano) e sua genderização.

³ Grifo nosso.

⁴ Grifo nosso.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A luta por uma educação do campo faz todo sentido se pensarmos que no meio rural brasileiro há dois projetos de desenvolvimento: de um lado o projeto das elites brasileiras que defendem o agronegócio, a monocultura, o uso de agrotóxicos, o desmatamento para plantação de *comodities* e criação de gado, consideram que o campo fora desse contexto seria um lugar de atraso, sem perspectivas. De outro lado o projeto dos movimentos sociais do campo formado por sujeitos do campo, pequenos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, dentre outros.

Foram esses os sujeitos que se organizaram em Luziânia (Goiás) no ano de 1998 para discutir uma educação de qualidade para a população do campo, por entender que aquela oferecida pelos órgãos estatais não atendia as necessidades dos trabalhadores do campo justamente por não valorizar os conhecimentos, a cultura e o modo de vida dessas populações.

Essa ideia do campo como lugar de atraso, com pessoas inferiores e de baixa escolarização foi uma estratégia das elites brasileiras, no poder há décadas, principalmente na hora de implementar políticas públicas. Para difundir essas ideias contaram com a proposta da educação rural e seu currículo escolar. (MAGALHÃES, 2009). Há autores que afirmam que o fato de no meio rural existirem pessoas ou descendentes de pessoas escravizadas durante o período colonial, que hoje integram a agricultura familiar, pode ter sido um dos motivos para não se priorizar políticas públicas e educação de qualidade no campo. (MAGALHÃES, 2009). “Assim, na visão da elite brasileira, a escolarização com qualidade para esses sujeitos seria desnecessária, uma vez que esses indivíduos desenvolvem um trabalho primitivo e não lucrativo aos moldes do capital” (MAGALHÃES, 2009, p.17).

Nesse sentido, a luta dos movimentos sociais do campo e do movimento negro tem sido para se valorizar os conhecimentos e saberes tradicionais dessas populações reivindicando sua inclusão no currículo. Por isso, a educação do campo é considerada um dos instrumentos para promover a equidade das relações étnico-raciais no campo. Para tanto, os currículos das escolas do

campo devem combater o racismo incluindo os conhecimentos e contribuições dos povos africanos e indígenas para a formação da nação brasileira.

Essa inclusão se tornou obrigatória a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/96 para incluir a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, sendo mais tarde alterada pela Lei nº 11.645/2008 que alterou a LDBN nº 9394/96 para incluir a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Essa legislação, resultado da luta do movimento negro, é considerada uma das estratégias da política de ação afirmativa para combater o racismo e a discriminação racial no Brasil.

O fato de ser uma lei não significa que esteja sendo cumprida. Muitas escolas do campo e da cidade adotam uma série de estratégias para burlar a lei, por exemplo, realizando eventos apenas no dia 19 de abril, em que se comemora o dia do índio e no dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Muitas das atividades desenvolvidas por algumas escolas não só não combatem o racismo e discriminação como reforçam estereótipos e folclorizam o conhecimento indígena e africano.

Buscando demonstrar que é possível realizar um trabalho de qualidade, valorizando o território, os saberes, a ancestralidade e os conhecimentos do povo negro em uma escola que além de ser do campo é uma escola quilombola é que trazemos a experiência da diretora Nará Souza Oliveira. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, baseado em pesquisa bibliográfica e em narrativa autobiográfica, obtida durante uma entrevista estruturada. Na sequência são apresentados os diálogos que se desenvolveram entre os envolvidos na pesquisa (Entrevistador – Elias Fernandes, Entrevistada – Nará Sousa Oliveira) e ainda algumas reflexões que emergem do movimento dialógico.

Entrevistador - Quem é Nará? Onde nasceu? Qual sua formação?

Entrevistada *Eu sou Nará Souza Oliveira (Figura 01), a minha história começa na África. Sou mulher negra, militante no Movimento Negro, professora e escritora, nascida em Rio das Flores, Rio de Janeiro, no ano de 1950. Escrevo muito e publico pouco. Sou descendente das africanas roubadas da África e*

*escravizadas em fazendas na região de Paty do Alferes, RJ. Sou filha de Zélia dos Santos Oliveira, mulher forte que só teve direito a três meses de escolaridade, que no ano de 2003, aos noventa e três anos de idade publicou a sua biografia com o título **Testemunhos** e, de Eurípedes de Souza Oliveira filho do africano que no Brasil recebeu o nome de Benvindo de Souza Oliveira. Eu cursei Magistério, sou formada em Letras pela PUC PR, sou professora de Língua Portuguesa e de Literaturas, pós-graduada em Ensino de Língua Portuguesa, porque as mais velhas me mostraram o caminho da liberdade: conhecer a minha identidade, respeitar a ancestralidade e dominar a língua do opressor. Eu sou a quinta geração da primeira que foi escravizada no Brasil. Eu fui a primeira das gerações a ter o direito de cursar o Ensino Médio, a primeira a concluir um curso universitário e a primeira a ser pós-graduada.*



FIGURA 01 – Foto de Nará Oliveira
Créditos: Facebook da Nará Oliveira

Reflexões da pesquisa: Nará hoje é uma mulher realizada pessoalmente, financeiramente e profissionalmente. Sua capacidade intersubjetiva já está reconhecida no meio literário e acadêmico. Sua vida não foi nada fácil, aliás a

vida de nenhuma mulher negra é fácil. Todo o sucesso que conseguiu sendo professora, diretora de escola e militante do movimento negro foi às custas de muita determinação e persistência, que ela afirma ter herdado de suas ancestrais roubadas de África, que lutaram muito para que seus filhos tivessem direito a uma educação de qualidade.

Entrevistador Poderia contar um pouco sobre a sua experiência como trabalhadora da educação?

Entrevistada Eu trabalhei trinta e oito anos como professora e cinco anos em conferência de dados no SERPRO, totalizando quarenta e três anos de trabalho formal. Fui professora no extinto Jardim de Infância Tia Gertrudes e, em duas escolas da Prefeitura de Piraquara. Fui professora alfabetizadora em diversas escolas na Rede Municipal de Educação de Curitiba, foi quando me dediquei a escrever histórias infantis para alfabetizar as crianças nas escolas da periferia. A prefeitura de Curitiba decidia os métodos de alfabetização a serem seguidos, mas na minha sala de aula eu inventei o método para alfabetizar direto no texto da história com as diferentes representações étnicas das crianças. Eu criava lindas e alegres histórias com personagens que não estavam nos livros didáticos incluindo as crianças negras. Todas aprendiam a ler, ligeirinho. Fui professora de Língua Portuguesa e de Literaturas na Rede Estadual de Educação. Fui professora na Faculdade Tuiuti do Paraná. Fui diretora do Colégio estadual João Batista Vera em Piraquara e do primeiro Colégio Estadual Quilombola do Estado do Paraná. Eu terminei a minha carreira profissional com o privilégio de poder contribuir na direção do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

Reflexões da pesquisa Nará aprendeu contar histórias com seu pai e sua mãe. Na infância, costumava inventar histórias para sobreviver a dura realidade de morar em um morro no Rio de Janeiro. Quando se tornou professora na Rede Municipal de Curitiba e percebeu que os livros didáticos eram preconceituosos e que discriminavam e estereotipavam a população negra, sempre os relegando a profissões e situações de inferioridade, começou escrever suas próprias histórias e poemas para alfabetizar as crianças. A arte de escrever histórias misturando ficção e realidade, cultura afro-brasileira e ancestralidade africana premiou Nará. Em 2019, ganhou o prêmio de Literatura Infanto-juvenil Oliveira

Silveira e em 2021, foi a vez do prêmio Novas leituras curitibanas/Pinguim Produções com a peça teatral “Na Estação”.

Entrevistador **Como “mulher negra e morando” no Paraná, Sul do Brasil, quais foram desafios que a senhora encontrou?**

Entrevistada *As minhas carreiras, tanto estudantil quanto profissional foram no Estado do Paraná e os desafios foram muitos porque os desafios a serem vencidos por uma mulher negra são apresentados em todos os lugares em todos os momentos. Um corpo negro feminino cheio de luz muito incomoda o grupo que tudo faz para impedir que a população negra assuma lugar de decisão, lugar de poder. Para vencer os desafios é preciso conhecer a própria identidade, saber de onde veio a ancestralidade, saber a importância que tem, ter consciência do poder da luz que cada mulher possui, manter a cabeça erguida e permanecer atenta porque sempre tem alguém esperando para tentar nos rebaixar e humilhar, principalmente quando se trata de mercado de trabalho. Darei aqui, dois exemplos: **Nas escolas públicas eu sempre fui a única negra da classe**, nunca podia fazer parte da fanfarra, mesmo estudando música, nem segurar a bandeira do Brasil nos desfiles.*

Reflexões da pesquisa O fato de Nará afirmar que era a única negra da classe remete a um tipo de racismo, chamado racismo estrutural, que ainda hoje acontece nas escolas em todos os níveis e nas universidades. Entretanto, antes de falar de racismo estrutural, é preciso definir racismo. Para Grada Kilomba (2019, p.75):

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção *de/da diferença*. A pessoa é vista como ‘diferente’ devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é ‘diferente’ de quem? É o *sujeito negro* ‘diferente’ do *sujeito branco*? Ou o contrário, é o *branco* ‘diferente’ do *negro*? Só se torna ‘diferente’ porque ‘diferente’ de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como ‘diferentes’. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais ‘diferem’. Nesse sentido, são se é ‘diferente’, torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação.

Quando Kilomba (2019) afirma não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio da discriminação vale uma reflexão sobre o termo discriminação que para Moreira (2020) tem um significado muito mais amplo indo além de uma mera proibição ou arbitrariedade:

A discriminação pode envolver indivíduos, mas também pode estar presente na operação das instituições sociais, pode implicar a intencionalidade ou pode acontecer pela operação impessoal de mecanismos institucionais. Suas manifestações têm consequências imediatas na vida das pessoas, além de influenciar gerações futuras, pois mecanismos discriminatórios presentes no funcionamento de instituições reproduzem-se ao longo do tempo. O termo jurídico do termo discriminação esteve identificado durante muito tempo com seu aspecto interpessoal, razão pela qual sempre foi entendida como algo que acontecia fundamentalmente nas interações entre indivíduos. Esse entendimento começou a ser superado na medida em que um aspecto importante desse fenômeno passou a ser explorado de forma mais sistemática: as relações assimétricas de poder que caracterizam as interações entre os diversos *grupos sociais*⁵. Atos discriminatórios não acontecem apenas nas interações privadas entre sujeitos sociais; esses acontecem entre membros de grupos que estão posicionados em lugares distintos. Isso permite que os membros dos seguimentos majoritários imponham tratamentos desvantajosos a grupos minoritários com o objetivo de manter seu status privilegiado. Mas essas relações assimétricas de poder também caracterizam as interações entre sujeitos sociais e agentes que representam instituições. Como grupos dominantes se controlam, eles também estendem esse tratamento discriminatório a esse plano (MOREIRA, 2020, p.456-457).

Entrevistada No início da década de setenta do século XX eu fiz estágio de professora primária em uma escola municipal de Piraquara e cada estagiária, se fosse aprovada no curso, ficava com a vaga, era nomeada pelo prefeito. Eu não tinha dinheiro para a passagem de ônibus, então percorria seis quilômetros a pé para fazer o estágio que na verdade era dar aulas, sem professora regente na sala. Eu fui aprovada. Terminei o curso de professora, recebi o diploma, mas quem ficou com a vaga naquela escola foi uma colega de turma, branca. Só eu saí daquele curso sem emprego.

Reflexões da pesquisa Nessa parte do relato da diretora Nará é possível identificar a combinação entre racismo, preconceito e poder. Para Grada

⁵ Grifos do autor.

Kilomba (2019) entra no campo do que ela chama de segunda característica do racismo:

[...] essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como 'diferente', mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como 'a/o problemática/o', 'a/o difícil', 'a/o perigosa/o', 'a/o preguiçosa/o', 'a/o exótica/o', 'a/o colorida/o' e a/o incomum'. Esses dois últimos processos – a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de *preconceito*⁶ (KILOMBA, 2019, p. 75-76).

A seguir, Grada Kilomba (2019, p.76) explicita de que forma preconceito e poder se articulam:

Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo *poder*⁷: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E nesse sentido, o racismo é *supremacia branca*⁸. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. [...]. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde etc. Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o quê? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é?

O fato da diretora Nará ter sido a única pessoa a ter saído do curso do magistério sem trabalho demonstra o racismo estrutural e institucional que as pessoas negras sofrem durante a vida, sendo excluídas da grande maioria das estruturas sociais e políticas. Segundo Kilomba (2019, p.77) “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia membros de outros grupos de racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes.”

⁶ Grifo da autora.

⁷ Grifo da autora.

⁸ Grifo da autora.

No que se refere ao racismo institucional, significa dizer que o racismo por ser institucionalizado ele não é apenas um “fenômeno ideológico”. Para Kilomba (2019, p.77), o termo:

[...] se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados.

Entrevistada *Muitos anos depois, quando eu estava na direção do colégio Diogo Ramos, a Secretária Municipal de Educação de Adrianópolis pediu a um quilombola que me orientasse sobre a forma da minha apresentação pessoal. Conversamos entre nós e ignorei a atitude e a referida pessoa. Continuei sendo a Nará do **cabelo pixaim**¹⁰, dos turbantes, das saias estampadas, a mulher que, com os ombros eretos, a cabeça levantada e olhar firme tem os pés no presente e projeta o futuro em um efeito **SANKOFA**¹¹. Continuei sendo aquela que por ser livre transita africanamente em todos os espaços, inclusive na sede daquele município.*

Reflexões da pesquisa Aproveito para discutir dois termos citados pela diretora Nará: a palavra “*Sankofa*” e “cabelo pixaim”. Fui pesquisar o assunto. A palavra Sankofa à qual ela se refere significa “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás”: “Em outras palavras, significa voltar às raízes e construir sobre elas o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de sua comunidade, em todos os aspectos de realização humana”. (GLOVER, 1969 *apud* NASCIMENTO, 2008, p. 31). O *Sankofa* foi um dentre tantos *Adinkras* que ela trabalhou conosco na escola.

⁹ Grifo da autora.

¹⁰ Grifo nosso.

¹¹ Grifos nossos.



FIGURA 02- O autor e os adinkras que pintaram nas paredes do CEQ Diogo Ramos na época da gestão de Nará de Souza Oliveira.
Créditos: Ramon Rodrigues

O trabalho desenvolvido pela diretora Nará com os *Adinkras* (Figura 02), foi muito importante e deixou uma grande marca nos estudantes, nos educadores e na comunidade. Nós desenhamos e pintamos os *Adinkras* nas paredes da escola. *Adinkras* são símbolos gráficos de origem Akam. Cada um deles tem significado altamente complexo, normalmente expressam conceitos filosóficos representados por provérbios ou fábulas. A palavra *Adinkra* significa “adeus”, são tradicionalmente estampados com tinta vegetal e em tecido de algodão para serem usados pelas pessoas em ocasiões fúnebres ou em homenagens. Trata-se de uma arte tradicional de Gana. São mais de oitenta símbolos, sendo que cada um deles tem contexto epistemológico e simbólico próprio. O que mais me impressionou foi o ideograma *Sankofa* (NASCIMENTO, 2008).

No que diz respeito a palavra “pixaim” posso destacar que essa é a forma preconceituosa que a branquitude se refere ao cabelo africano ou crespo. Nará, sendo uma mulher negra empoderada, desde cedo aprendeu que era preciso combater esses preconceitos. Durante muitos anos as mulheres negras foram atormentadas por causa do cabelo, inclusive havia muitas técnicas para se alisar, ferro quente, produtos químicos e outros. Em “Alisando nosso cabelo” Bell Hooks

(2005) lembra com nostalgia a época em que sua mãe começou alisar seus cabelos como uma espécie de iniciação ao mundo adulto, nessa época cabelo liso era sinal de “boa aparência” no local de trabalho e havia uma certa obsessão por parte das mulheres negras com o alisamento de seus cabelos. No caso da Bell Hooks, fiquei com uma sensação de que havia muito carinho por parte da mãe e das irmãs dela naquele ritual que acontecia todo pela manhã sábado na cozinha onde Hooks morava com sua família.

Sobre esse assunto, Lélia Gonzalez (2020) afirma que a situação atual das mulheres negras não é muito diferente daquela vivida por suas antepassadas se referindo ao trabalho das mulheres negras na roça, da empregada doméstica que compara com a mucama de ontem. Para uma mulher negra trabalhar de faxineira, cozinheira ou arrumadeira sua aparência não importa, mas elas “Têm que ficar ‘no seu lugar’”:

Aquele papo o “exige boa aparência, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de butique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões são profissões que exigem contato com o tal público “exigente” (leia-se racista). Afinal de contas para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar no “seu lugar”, ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só a mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo) (GONZALEZ, 2020, p.218-219).

Esse assunto do preconceito contra o cabelo africano é tão importante que a pesquisadora Grada Kilomba (2019) que ela dedicou um capítulo inteiro no seu livro “**Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano” intitulado “Políticas do cabelo”. Ela apresentou uma série de narrativas de mulheres sobre os ataques que já sofreram na vida por ter cabelo africano. Para Grada Kilomba (2019)

Historicamente, o cabelo único das pessoas **negras**¹² foi desvalorizado como o mais visível estigma da negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks,

¹² Grifo da autora.

2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores **brancos**¹³, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de ‘primitividade’, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como ‘cabelo ruim’. Ao mesmo tempo, **negras** e **negros**¹⁴ foram pressionadas/os a alisar o ‘cabelo ruim’ com produtos químicos apropriado, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas formas de controle e apagamento dos chamados ‘sinais repulsivos’ da **negritude**¹⁵.

Para Grada Kilomba (2019) esse contexto fez do cabelo o instrumento mais importante para a consciência política entre africanas/os e africanas/os em diáspora. Quando Nará faz a afirmação “*Continuei sendo a Nará do cabelo pixaim, dos turbantes, das saias estampadas [...]*”, ela torna seu cabelo esse instrumento de consciência política ao qual Grada Kilomba se refere, não só para ela, mas serviu para empoderar mulheres e homens da comunidade de João Surá. Porque como afirma Kilomba (2019).

Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou ‘black’ e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam a posição das **mulheres negras**¹⁶ em relação a ‘raça’, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo – pergunte a Angela Davis (KILOMBA, 2019, p.127).

Parafraseando Kilomba (2019), o estilo do cabelo de Nará pode, assim ser visto como uma declaração política de consciência racial através do qual ela define padrões dominantes de beleza. No dizer de Kilomba (2019, p.127), “as ofensas, no entanto, são respostas de desaprovação a tal redefinição e revelam a ansiedade branca sobre perder o controle sobre a/o colonizada/o.”

Esse assunto do cabelo da mulher negra é algo que incomoda tanto a branquitude que até **top models negras**¹⁷ como Naomi Campbell alisam seus cabelos, nunca vimos o cabelo africano dela. (KILOMBA, 2019). Nesse contexto, ao continuar usando seus turbantes, seu cabelo crespo e suas saias coloridas,

¹³ Grifo da autora.

¹⁴ Grifo da autora.

¹⁵ Grifo da autora.

¹⁶ Grifo da autora.

¹⁷ Grifos da autora.

Nará desafiou a branquitude, o racismo e o preconceito, com sua altivez ela empoderou muitas mulheres na comunidade que viram na sua atitude um exemplo a seguir.

Entrevistador **Além do trabalho com os Adinkras nas paredes do CEQ Diogo Ramos o que mais a senhora fez para cumprir os objetivos do seu plano de ação elaborado para a escola?**

Entrevistada *Além da pintura das paredes externas do prédio com símbolos africanos e seus significados, pintamos a Lei 10.639 no portão do colégio e o Decreto 4487. Realizamos debates sobre economia solidária com Almira Maria Maciel, a convite da Secretaria de Estado da Educação por ocasião do II Encontro de Educação Escolar Quilombola, em João Surá. A criação conjunta da música “**De João Surá SOS ao Brasil**”, parodiando a canção Querelas do Brasil, de Maurício Tapajós e Aldir Blanc. Na paródia é apresentada a problematização nacional da invisibilidade de João Surá diante da demora na titulação da terra. Realizamos o **II Encontro de Educação Escolar Quilombola, em João Surá**. Destaco o resgate das rodas de violas nas atividades escolares, quando reuníamos violeiros tanto dos quilombos do lado do Paraná, quanto do lado de São Paulo. Outra estratégia usada foi a produção de filmes de cinco minutos com a temática histórias da comunidade, resultado de um projeto da equipe Diogo Ramos, a partir da entrega de tablets pelo governo do Estado, para todo o colégio. Organizamos o concurso de Jardins Quilombolas e o festival de talentos na Festa da Primavera Diogo Ramos.*

Entrevistada *Quando cheguei em João Surá chamou-me atenção algumas datas consideradas importantes pela comunidade, então, resolvemos construir um calendário escolar local incluindo as datas consideradas importantes para eles: dia **25 de março** (Dia pesado); dia **13 de junho** (Festa de Santo Antônio, dia que a comunidade sobe em procissão até o cruzeiro, ponto mais alto da comunidade, para rezar); dia **20 de novembro** (Dia Nacional da Consciência Negra).*

Reflexões da pesquisa *Para os preparativos para o II Encontro de Educação Escolar Quilombola. confeccionamos camisetas temáticas e lembranças feitas de fruto de cabaceira. Esse encontro contribuiu, dentre outras*

coisas, para a interação entre a comunidade e a escola no resgate da cultura, produção e trabalho local.

As exposições temáticas sobre a História da África realizadas no colégio, eram preparadas pela equipe Diogo Ramos, pela equipe Multidisciplinar e pela comunidade. Ficavam abertas para estabelecimentos de ensino do município, no mês de novembro. Ressalto a reformulação do currículo e do Projeto Político Pedagógico.

Além dessas atividades citadas pela diretora Nará, destaco o debate iniciado por ela sobre as religiões de matriz africana. Isso foi muito marcante porque a maioria da comunidade é formada por pessoas muito católicas e quem não é católico é evangélico. Então, esse tema era muito sensível e pouco discutido antes da chegada dela.

Entrevistador **Você poderia falar um pouco da sua trajetória acadêmica, profissional e militância no movimento negro?**

Entrevistador Sou graduada em Letras e pós-graduada em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Antes de ser diretora do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, atuei como professora de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Hoje, sou aposentada. Iniciei minha militância no Movimento Negro no Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), que na época era coordenado por Dalzira Maria Aparecida, a sacerdotisa Iyá Gunã. Ajudei a organizar os quatro primeiros **“Encontros de Educadoras e Educadores Negras e Negros Paranaenses”** e dos quatro primeiros **Fóruns da Diversidade** entre os anos de 2004 e 2010. Entre 2007 e 2010 integrei o Grupo de Trabalho Clovis Moura, criado para realizar o levantamento básico das comunidades quilombolas no Paraná.

Entrevistador **Quais os livros que a senhora escreveu?**

Entrevistada Na literatura infantojuvenil escrevi o livro **Curumim**, aprovado pelo Conselho Editorial Municipal, foi publicado Secretaria de Cultura de Piraquara. Esse livro me permitiu participar da Bienal do Livro em Curitiba em

2008. No ano de 2011, publiquei o livro *Panela de Barro e Colher de Pau: broa de milho, berimbau e carnaval* pela editora Mazza.

Em 2019, ganhei o prêmio de Literatura Infantojuvenil com a obra **Entre araucárias e panela de ouro perdida, a princesa negra Benedita**, uma ficção baseada numa história real de uma princesa negra escravizada em São Paulo, que depois da Lei nº 3.353/1888 (aguardando publicação da Fundação Cultural Palmares).

Em 2020, lancei o livro *Léia a menina que tem o nome na flor*, literatura infantil pela editora Flamingo. Em 2021, ganhei o Prêmio Personalidades Negras, promovido pela Editora Jandaíra, com o texto jornalístico **Resistências negra nas araucárias – visibilidade para dona Joana de Andrade Pereira do Quilombo João Surá**. Em 2021, ganhei o Prêmio Palmares de arte com o romance **Sô Zoripes e a moça com anel de pedra verde** (no prelo).

Entrevistador **A senhora foi diretora do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, como se deu esse processo? Quais foram seus maiores desafios?**

Entrevistada Fui convidada em 2013 pela Associação de Moradoras e Moradores da Comunidade de João Surá para ser a terceira pessoa a dirigir o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, naquela localidade. A comunidade não queria uma direção escolar nos moldes eurocêntricos. Me sentindo honrada em receber a carta de anuência, apresentei à Comunidade João Surá o Plano de Ação que foi aprovado. Então, eu fui para desenvolver um trabalho compromissado com as culturas locais e com embasamentos tecnológicos, científicos e políticos. Fui com a proposta de estender e fortalecer as concepções de mundo na voz quilombola em currículo escolar voltado para incentivo e promoção da comunidade no seu espaço tradicional e, de preparar a documentação para o reconhecimento do Ensino Médio Pelo Ministério da Cultura (MEC). Só saí de lá para dar entrada nos documentos de aposentadoria por tempo de serviço.

A proposta para implementar um colégio estadual quilombola na comunidade de João Surá teve início em 2006, sendo que o Parecer nº 194/10 do Conselho estadual de Educação a aprovou em 2010. Entretanto, as atividades do CEQDR iniciaram em 2009, antes mesmo do Parecer 194/10. O

projeto arquitetônico do colégio previa até alojamento para professores e estudantes, porém, o primeiro problema que surgiu foi a falta de um terreno com regularização fundiária para a construção. Para que fosse iniciado as aulas do Fundamental II e do Ensino Médio foram construídas três salas de aula de



FIGURA 03- Refeitório do CEQ Diogo Ramos funcionando na casa do IAP. Crédito: Ramon Rodrigues.

madeira. A cozinha, o refeitório (conforme Figura 02) e a secretaria da escola funcionavam na casa do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Fui a primeira professora negra, militante do movimento negro a assumir a direção de uma escola quilombola no Paraná. Tomei duas atitudes na época. Com ajuda de militantes do movimento negro e de técnicos pedagógicos da SEED, elaborei um plano de ação cujo objetivo geral foi: possibilitar a visibilidade e promoção da organização do tempo e do espaço escolar quilombola, visando a correlação dos saberes do currículo tradicional e dos saberes da comunidade. Dentre os objetivos específicos, destaco: oportunizar a valorização da família, do território da cultura, da identidade étnica e da história do educando(a), promover a educação escolar presente na vida da comunidade, fortalecendo a participação da escola na luta pela regularização dos territórios tradicionais, formar pessoas multiplicadoras das culturas africana e brasileira, capazes de dialogar com seus pares e de promover ações de valorização desta cultura, por meio do conhecimento científico, da arte, da cultura e do esporte, trabalhar com o histórico político da comunidade, promovendo reflexões, sobre sua trajetória, seu

momento atual e seu projeto de vida; incluindo a visibilidade para as parteiras, rezadeiras/os, remedeiras e remedeiros.

Reflexões da pesquisa O fato da Nará dar visibilidade para as parteiras, rezadeiras, remedeiras e remedeiros como ela chama as pessoas que conhecem o uso medicinal das plantas medicinais é relevante principalmente para o curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza pelo fato de nesse curso nas Ciências e na Biologia se trabalhar com um conteúdo estruturante denominado “Seres Vivos”, que inclui o estudo dos vegetais. Acontece que os livros didáticos, quando chega nessa parte do conhecimento, ignora os conhecimentos indígenas e dos quilombolas, privilegiando a visão eurocêntrica, ao trazer por exemplo, a classificação das plantas segundo a visão de Lineu. Perdendo uma grande oportunidade de evidenciar o enorme acervo de conhecimentos que os indígenas e quilombolas possuem sobre o tema. (LOPES, 2010b).

O plano de ação elaborado por Nará e colaboradores foi fundamentado nos seguintes documentos: Diretrizes Nacionais de Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica; Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, alterada pela lei nº 10.634/2003; Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno; Parecer 004/2006 do Conselho Estadual da Educação e Conferência de Durban de 2001. Na ocasião desenvolvi várias ações na escola esperando obter os seguintes resultados: uniformidade e equidade no trato com o público atendido; fortalecimento de vínculo comunitário; participação efetiva da comunidade escolar; superação da defasagem dos conteúdos e efetivação de um espaço quilombola na escola. Um dos maiores desafios foi ter um corpo docente composto por professores não quilombolas.

Rocha (2021) trabalhou com algumas narrativas autobiográficas de professores que trabalharam antes, durante e após a gestão da Nará para sua dissertação de mestrado sobre e educação quilombola no CEQ Diogo Ramos. A narrativa que segue, extraída do estudo dela e que diz respeito a atuação da Nará como diretora, é do professor Ramon Rodrigues:

Quando esta professora assume o cargo no colégio, na posição de primeira mulher negra na direção daquela escola, assume também a responsabilidade de ser representatividade naquele espaço, além de contornar os desafios com um quadro docente composto por maioria de professoras não quilombolas. Seu papel na escola foi além da função de gestora, passando a ser também a principal fonte de formação continuada para a educação das relações étnico-raciais e EEQ. Conforme depoimento que consta na narrativa autobiográfica do professor Ramon Rodrigues: Com o passar dos meses chegou uma mulher negra, com seu cabelo Afro, empoderada e escritora. De uma segurança no que fala que me deixou apaixonado pelos seus conhecimentos. Bem, o nome dela é Nará Souza de Oliveira, uma mulher de personalidade forte, decidida e muito inteligente. Nará não sabe, mas ela foi uma pessoa muito importante na minha formação enquanto professor negro e um ativista sobre a cultura Afro [...] ROCHA, 2021, p.109).

No período em que estive à frente da direção da escola a diretora Nará lançou mão de oficinas temáticas (Figura 03). No primeiro ano enfatizou os elementos dos grandes reinos e impérios africanos. Sua habilidade de contar histórias foi fundamental para a formação de estudantes e dos educadores. (ROCHA, 2021). É muito raro encontrar sobre os reinos e impérios africanos nos livros didáticos. A história que aprendemos sempre apresentou o ponto de vista do colonizador europeu, mostrando o continente africano como um lugar de pobreza, fome, aids e outras mazelas, quando na verdade teve sua riqueza expropriada pelo colonizador.



FIGURA 04 – Detalhe das cadeiras organizadas em círculo para o desenvolvimento das oficinas temáticas ou outras atividades.
Créditos: arquivo pessoal do pedagogo Benedito Florindo de Freitas Junior (2015).

Depois de trazer os grandes impérios africanos, objetivando trabalhar os artigos 26ª e 79B da LDB e trazer elementos da Educação quilombola, a diretora focou o território onde a escola estava inserida.

Entrevistador **Como se sentiu trabalhando em uma escola quilombola?**

Entrevistada O tempo na direção do CEQ Diogo Ramos foi para mim um período de incomparável aprendizagem. Eu cheguei com esperança e conhecimentos, mas principalmente, cheguei aberta para muitos outros conhecimentos que não são passados nas grandes universidades, porque cheguei também como ouvinte, uma aprendiz de cultura quilombola. Frequentemente eu me sentava com humildade para ouvir o conselho das pessoas idosas numa roda. Eu escutava, pedia orientação, pedia ajuda, chorava, gargalhava, cantava, dançava e ria, sempre escutando e aprendendo. Eu agradeço a lição de vida que ali recebi das pessoas mais idosas: tradição e resistência diária na busca de dignidade, autonomia e respeito às suas alteridades e outros bens imateriais que encontrei e que guardei no meu coração onde permanecem. Com dona Joana de Andrade Pereira e com seu Silvestre Bueno aprendi a respeitar o tempo na cadência das fases da lua.

Reflexões da pesquisa: Ouvir as pessoas idosas da comunidade para incorporar seus saberes aos saberes acadêmicos significa respeitar os princípios civilizatórios africanos e indígenas para quem os anciões são verdadeiras bibliotecas. Vale ressaltar que nas sociedades africanas localizadas abaixo do Saara, por exemplo, a dos Ambun (Zaire), as pessoas são consideradas idosas e passam a receber recebem tratamento diferenciado quando:

[...] seus cabelos embranquecem ou se tornam avós. São então tratados com deferência e os seus nomes acrescentados títulos honoríficos. Em geral são chamados de tata (pai), *mbtua* (ancião) ou mesmo *nkuluntu* (literalmente “cabeça velha”). Nesta sociedade de tradição oral, como na maioria das sociedades africanas, os velhos são os alicerces da vida na aldeia: Diz-se, além disso, que uma aldeia sem velhos é como uma cabana ruída por cupins.

O respeito que os rodeia deve-se não só à sua longevidade – fenômeno raro na África – mas também à visão animista africana do universo, segundo à qual a vida é uma corrente

eterna que flui através dos homens em gerações sucessivas. Mesmo antes do nascimento, o africano já faz parte desse processo: pertence a um grupo do qual é indissociável, não pode ser separado nem dos que o precederam, nem dos que o irão suceder, e os valores tradicionais o protegerão contra o abandono e a solidão (KABWASA, 1982, *apud* LOPES, 2010 (a), p.70).

Entrevistada *Depois de passar por João Surá nunca mais tive pressa, nunca mais atropelei os momentos. Destaco ainda a importância da participação da comunidade nas representatividades de dona Clarinda de Andrade Matos com sua experiência e sua amizade, assim como as suas filhas Elisiane de Andrade Matos que hoje é professora e Cassiane de Andrade Matos que é a atual diretora do colégio; o então presidente da Associação Quilombola, Antonio Carlos Andrade Pereira, que por um tempo foi secretário do Colégio, fazendo a articulação necessária entre escola e comunidade; do pedagogo Benedito Florindo de Freitas Júnior, do Conselho Escolar, do Grêmio Estudantil; do grupo de profissionais quilombolas; o grupo de profissionais não quilombolas e a equipe Multidisciplinar, que entre os anos 2013 a 2015 formaram a equipe Diogo Ramos. Foi o meu último trabalho na rede de ensino pública.*

Entrevistador **Quando a senhora chegou em João Surá as pessoas tinham consciência de sua negritude? Quais foram as principais atividades que a senhora desenvolveu com os estudantes para trabalhar a História da África?**

Entrevistada *Quando cheguei para trabalhar, no ano dois mil e treze, a comunidade de João Surá já tinha consciência da negritude e do papel importante que desempenhava, pois já tinha se autodeclarado para a Fundação Cultural Palmares e já estava certificada. O que foi desenvolvido durante a minha gestão ali no colégio, em conjunto com a parte administrativa, foi o estudo da história da África, a partir das antigas civilizações, dos grandes reinos e impérios antes da diáspora pelo oceano atlântico. O estudo fez com que a comunidade lembrasse das falas das pessoas mais velhas e que redescobrisse que a história do quilombo começava na África. Eu estava na direção do colégio, mas não esquecia de que também era professora e como professora eu ministrava aulas*

de História da África misturando a técnica pedagógica que se aprende nas universidades com a prática do quilombo no jeito de ser, de falar e de trabalhar e transformava estudo em prazer, em alegria.

Em conjunto com a comunidade organizei a história da África em várias oficinas em que usei a metodologia da roda de conversa para iniciar os estudos ou reuniões ou brincadeiras. Elaborei uma sequência, a partir de 14 divisões antigas do continente africano, respeitando territórios, culturas e tecnologias que existiam antes das grandes invasões europeias. Procurei enfatizar os caminhos da diáspora africana pelo oceano Atlântico; a organização feminina na África e no Brasil para resistir à escravidão. Houve enfoque para a diáspora, a formação de quilombos no Brasil, a localização do quilombo de Palmares e as Comunidades Remanescentes de Quilombo no Estado do Paraná, certificadas pela Fundação Cultural Palmares durante o trabalho do Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Para a oficina sobre resistências negras no Brasil eu convidei a amiga militante do Movimento Negro Unificado (MNU), pedagoga e historiadora Almira Maria Maciel que destacou a importância do Movimento Negro organizado para as conquistas da população negra, a importância da Conferência de Durban, na África em 2001; a eleição do governo popular; a lei 10. 639; os encontros de educadoras e educadores negros/os do estado do Paraná em Faxinal do Céu; os fóruns da Diversidade e o Decreto 4487. As oficinas com estudantes, e toda a comunidade de João Surá aconteciam a partir da dinâmica: aula expositiva, diálogo e roda de finalização com encaminhamentos. A finalização da primeira parte do estudo foi com um passeio à Praia de Leste, com estudantes e familiares e comunidade. Naquela praia recebemos hospedagem da União da Polícia Civil e eu muito me emocionei, mas também fiquei assustada e preocupada quando vi o nosso grupo correndo das areias para água, gritando: - A África está lá na frente! Eu tive medo de afogamento, mas os bombeiros apitaram, chamando para dar orientação sobre os perigos do mar. Depois fiquei tranquila.

Entrevistador Poderia relatar algumas histórias e acontecimentos durante sua estada em João Surá que a marcaram?

Entrevistada *Destacarei alguns acontecimentos, dentre tantos, porque em João Surá tudo é importante, tudo é momento único O que não se explica em nenhum currículo eu vivenciava no colégio. Eu estava inserida na circularidade da comunidade. O tempo que passei na organização do espaço escolar foi de grande valia, tive apoio, tive oportunidade de aprender que em João Surá o tempo é outro tempo em circularidade, como em circularidade é o cemitério, como era também o antigo jardim da dona Joana, o desenho do reflexo da lua cheia nas águas do rio Pardo. Aprendi a colher o fruto da cabaceira no tempo certo, a olhar a chuva muito longe e a fazer a leitura dos caminhos da formiga correição, anunciando tempestade, enquanto elas circulavam grandes baratas para aprisionar.*

No dia onze de abril do ano dois mil e treze eu me apresentei para o trabalho, organizando um grande círculo na sala do sexto ano e ali, no centro daquela roda tirei os sapatos de salto altos e senti o chão, bem devagar. A comunidade estava presente, desde bebê de colo até as pessoas idosas apoiadas por bordões. Olhei pela janela e vi o sol se pondo então, eu pedi a autorização das ancestrais para direcionar a minha primeira fala, depois pedi autorização às pessoas mais velhas da comunidade, entre elas dona Joana de Andrade Pereira e seu Silvestre Bueno, agradei a cada pessoa presente e recebi a bênção que me iluminou durante o trabalho que iniciava. Aquela roda de conversa nunca será esquecida. Em João Surá com frequência faltava energia elétrica. Na primeira noite em que eu presenciei apagão era data da Prova Brasil – avaliação de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. Mesmo sem energia elétrica compareceram estudantes com suas lanternas movidas à pilha, insistindo para fazer a prova. Então o pedagogo quilombola Benedito Florindo de Freitas Júnior, com lanterna, iluminou as carteiras. Foi emocionante.

Na semana seguinte, depois do recreio noturno a energia elétrica acabou e tudo se fez treva. Dispensamos o ônibus escolar, mas quem não dependia do ônibus não foi para casa mais cedo. Estudantes e professoras, funcionárias, funcionários, vizinho violeiro e familiares quilombolas pegaram as cadeiras, fizeram um círculo no gramado na linda noite, sob a luz das estrelas, cumpriram o horário de aula conversando, tirando dúvidas, contando caso. Eu não estava acostumada com aquela situação, então conversei com o pedagogo: - Não vão para casa? - Só vão embora na hora de fechar o colégio. É sempre assim. - Por

que ficam quando acaba a energia elétrica? – perguntei. - Nós ficamos no Colégio mesmo quando falta luz porque já ficamos muito tempo sem escola e é bom a senhora ir se acostumando dona diretora - respondeu o pedagogo e eu fui aprendendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi dar visibilidade ao trabalho realizado por Nará Souza Oliveira no CEQ Diogo Ramos e contribuir com a discussão de raça e gênero, assuntos ainda pouco debatidos na Educação do Campo.

Ressaltamos que o movimento Por Uma Educação do Campo é de certa forma muito recente pois remonta a década de 1980. Embora as discussões de raça e gênero sejam mais antigas, a partir da narrativa da diretora Nará, observamos que esse assunto ainda necessita de reflexão e discussão nas escolas do campo. Porque tanto o racismo, quanto o genderismo são resquícios do período escravocrata brasileiro e do patriarcado.

Embora o movimento Por Uma Educação do Campo seja um movimento que luta por justiça social, ele e o campo de uma maneira geral, ainda refletem a sociedade brasileira que é racista e machista. O trabalho desenvolvido pela diretora Nará foi importante para a implementação das leis 10.630/2003 e 11.645/2008, bem como das diretrizes Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e contribuiu para o combate ao racismo e os preconceitos de gênero, além disso, empoderou estudantes, mulheres e homens quilombolas da comunidade, incentivando-os/as a lutarem por seus direitos estabelecidos na constituição de 1988 e no Estatuto da Igualdade Racial.

Foram muitas lições aprendidas sobre a História Geral da África e sobre o conhecimento científico que o povo africano trouxe de África quando veio de forma compulsória para o Brasil no século XVI, conhecimento esse até hoje ignorado pela academia e pelos livros didáticos. Entretanto, a lição que me marcou como um futuro professor da área das Ciências da Natureza foi o respeito aos saberes dos anciãos da comunidade e a importância de considerar os conhecimentos científicos e tecnológicos dos africanos e indígenas e a inserção das questões de raça e gênero no currículo escolar.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 257-274. 2012.

FONTANINI, Afife Maria Dos Santos Mendes. Nará Oliveira: escritora e professora negra. In: QUINTILHANO, Silvana Rodrigues; CARDOSO, Rosimeri Darc; GOMES, Celina de Oliveira Barbosa (Orgs). **Literatura infantojuvenil africana e afro-brasileira: vertentes**. São Paulo: Todas as musas, p. 69-89. 2017.

GONZALEZ, Lélia. É a trabalhadora negra cumé que fica? In: RIOS, FLAVIA; LIMA, Marcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 217-219. 2020.

HOKS, Bell. Alisando cabelos. **Revista Gazeta de Cuba** – Unión de escritores Y Artistas de Cuba, jan-fev de 2005.

LOPES, Claudemira Vieira Gusmão Lopes. **O conhecimento etnobotânico da comunidade quilombola do Varzeão, Dr Ulysses (PR): no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agronomia- Produção Vegetal, Curitiba: 162f. 2010 (a),

LOPES, Claudemira Vieira Gusmão Lopes. O conhecimento etnobotânico dos quilombolas no contexto do ensino da botânica. In: MARQUES, Sonia Maria dos Santos Marques; COMAR, Sueli Ribeiro; ESTRADA, Adrian Alvarez; LOPES, Marlene Gonçalves (Orgs.). **Educação, cultura e etnia: aportes teóricos-metodológicos para a formação de professores**. Francisco Beltrão: Unioste – Campus de Francisco Beltrão, p. 95-130. 2010 (b),

MOREIRA, Adilson Jose. **Tratado de direito antidiscriminatório**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: significado em intenções. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro: p. 29-53. 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó: 2019.

MAGALHÃES, Leila de Lima. **O campo tem cor? Presença/ausência do negro no currículo da educação do campo no Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

ROCHA, Vanessa Gonçalves da. **A constituição da docência para a educação escolar quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na comunidade de João Surá – PR**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: 169 f. 2020.